

TERRITORIALIDADE INDÍGENA NO RIO GRANDE DO SUL

INDIGENOUS TERRITORIALITY IN RIO GRANDE DO SUL

TERRITORIALIDAD INDÍGENA EN RIO GRANDE DO SUL

FERNANDO ERNESTO BAGGIO DI SOPRA
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS) – Tramandaí/RS.
E-mail: baggio.funai@gmail.com

Resumo: O presente artigo aborda aspectos referentes à territorialidade indígena no Estado Rio Grande do Sul, buscando identificar territórios-zona e territórios-rede intrínsecos aos povos indígenas Kaingang, Charrua e Mbyá Guarani. Após uma breve revisão bibliográfica sobre o conceito de território, foram sistematizadas as recentes territorializações indígenas no Rio Grande do Sul, as quais, sobrepostas, configuram-se numa multiterritorialidade indígena mais ampla e abrangente. Posteriormente, são analisados três estudos de caso envolvendo indígenas Kaingang: um acadêmico, um cacique de retomada de terra tradicional e uma liderança cuja família reterritorializou-se em uma metrópole. No primeiro caso, são transcritos trechos do TCC do indígena Douglas Jacinto da Rosa, no qual constam conceitos como Jykrê e Nanh Ga, bastante úteis para a compreensão da territorialidade Kaingang. Por fim, são transcritos trechos de entrevistas realizadas com duas lideranças Kaingang: Maurício Salvador, da retomada da Floresta Nacional de Canela/RS, e João Carlos Padilha, da comunidade Kaingang de Porto Alegre e da Terra Indígena Borboleta, reivindicada por seu povo.

Palavras-chave: territorialidade, indígena, Kaingang. Charrua, Mbyá Guarani.

Abstract: This article addresses aspects related to indigenous territoriality in the State of Rio Grande do Sul, seeking to identify territories-zones and network territories intrinsic to the indigenous peoples of Kaingang, Charrua and Mbyá Guarani. After a brief bibliographic review regarding the concept of territory, the recent indigenous territorializations in the Rio Grande do Sul were systematized, as they, overlapping, are configured in a wider indigenous multiterritoriality. Subsequently, three case studies involving Kaingang Indians are analyzed: an academic, a chief of traditional land retaking and a leader whose family has reterritorialized itself in a metropolis. In the first case, excerpts from the TCC of the indigenous Douglas Jacinto da Rosa are transcribed, containing concepts such as Jykrê and Nanh Ga, which are very useful for understanding Kaingang territoriality. Finally, excerpts from interviews with two Kaingang leaders are transcribed: Maurício Salvador, from the resumption of the National Forest of Canela/RS, and João Carlos Padilha, from the Kaingang community in Porto Alegre and from the Borboleta Indigenous Land, claimed by his people.

Keywords: territoriality, indigenous, Kaingang, Charrua, Mbyá Guarani.

Resumen: Este artículo aborda aspectos relacionados con la territorialidad indígena en el Estado de Rio Grande do Sul, buscando identificar territorios-zonas y territorios de red intrínsecos a los pueblos indígenas de Kaingang, Charrua y Mbyá Guarani. Después de una breve revisión bibliográfica sobre el concepto de territorio, se sistematizaron las recientes territorializaciones indígenas recientes en Rio Grande do Sul, que, traslapadas, se configuran en una multiterritorialidad indígena más amplia e integral. Posteriormente, se analizan tres estudios de caso que involucran a indios Kaingang: un académico, un jefe de recuperación de tierras tradicional y un líder cuya familia se ha reterritorializado en una metrópoli. En el primer caso, se transcriben extractos del TCC de los indígenas Douglas Jacinto da Rosa, que contienen conceptos como Jykrê y Nanh Ga, que son muy útiles para comprender la territorialidad de Kaingang. Finalmente, se transcriben extractos de entrevistas con dos líderes de Kaingang: Maurício Salvador, de la reanudación del Bosque Nacional de Canela/RS, y João Carlos Padilha, de la comunidad de Kaingang en Porto Alegre y de la Tierra Indígena Borboleta, reclamada por su pueblo.

Palabras-clave: territorialidade, indígena, Kaingang, Charrua, Mbyá Guarani.

Introdução

Antes de abordarmos o tema da territorialidade indígena no Estado do Rio Grande do Sul, necessitamos previamente explicitar algumas questões conceituais referentes à concepção de “território” utilizada no presente artigo.

Para Marcelo Lopes de Souza, o território é concebido “por e a partir de relações de poder”. Ou seja, o território caracteriza-se como a dinâmica sociopolítica materializada no espaço, resultante das interações entre os coletivos sociais e a natureza. Nesse sentido, Souza (2009) associa os processos de desterritorialização aos processos de desenraizamento sociocultural de indivíduos ou grupos no espaço geográfico, mas salienta a relevância das questões propriamente relacionadas ao poder político, na constituição dos territórios.

Rogério Haesbaert (2003), por sua vez, destaca a existência de territórios-rede espacialmente descontínuos e fragmentados, porém socialmente coesos. Ao contrário dos territórios-zona, delimitados cartesianamente no espaço, os territórios-rede caracterizam-se por serem mais fluidos e flexíveis, não apresentando necessariamente uma delimitação rígida e estática.

Para Haesbaert (2005), a mobilidade possui relevância fundamental nas análises referentes à territorialidade, pois fluxos, trajetos, circulações e deslocamentos também configuram-se como partes integrantes da territorialidade de determinado grupo social. Pode-se assim dizer que o trajeto percorrido com frequência por determinado povo indígena, por exemplo, com o tempo torna-se

também seu território tradicional. Nessa concepção, o território caracteriza-se por ser descontínuo e fragmentado no espaço, interconectando áreas fixas, áreas temporárias e os trajetos percorridos entre ambas. Em tais fluxos, as cidades, ou aldeias, podem também representar “nós”, ou pontos de convergência e de apoio, na estrutura do território-rede.

Conforme Haesbaert (2004), a fluidez inerente aos territórios-rede pode significar algo mais benéfico para determinado povo, do que a manutenção de um território fixo, com suas fronteiras rígidas e delimitadas. Vale ressaltar que um território fixo exige um esquema de defesa de limites e fronteiras, enquanto um território-rede assume feições mais fluidas, possibilitando uma maior liberdade de deslocamento no espaço geográfico.

Em boa parte das análises territoriais, as desterritorializações acabam sendo compreendidas como a extinção de determinado povo ou grupo social, no entanto o coletivo desterritorializado comumente reorganiza-se e tende a se reterritorializar num espaço distinto. Nesse sentido, os territórios-rede sobrepostos a territórios-zona podem servir como abrigo provisório para os povos recém-desterritorializados de seus territórios tradicionais.

No caso específico do Rio Grande do Sul, podemos citar os indígenas Kaingang e Mbyá Guarani, cujos territórios-rede espalham-se pelo Estado inteiro e permitem que os indígenas reterritorializem-se com frequência, mantendo vínculos territoriais com diversas aldeias, além de manter os novos vínculos territoriais criados com os centros urbanos. Nesse contexto, podemos identificar elementos ligados à multiterritorialidade nas andanças indígenas pelo Rio Grande do Sul, onde muitas vezes o indígena possui parte

da família vivendo em uma aldeia situada no interior do Estado e ao mesmo tempo ele estuda e vive na capital, além de territorializar-se provisoriamente em acampamentos de retomada de terras tradicionais, durante suas férias e finais de semana. Ou seja, o indígena no Rio Grande do Sul consegue ativar diversas territorialidades concomitantes e complementares, adaptando-se às imposições da sociedade não-indígena e recriando formas de ocupar tradicionalmente novos e antigos territórios.

Vale também ressaltar que o conceito de “divisão territorial” muitas vezes se confunde com a divisão político-administrativa, porém há casos em que a fronteira territorial transcende a fronteira política, feito o território tradicional Mapuche, por exemplo, que abrange partes do Chile e da Argentina, ou o território tradicional Mbyá Guarani, que abrange porções da Argentina, do Paraguai, da Bolívia e do sul do Brasil.

Percurso metodológico

Após a definição do conceito de “território” a ser utilizado no presente trabalho, buscou-se compreender aspectos da territorialidade indígena no Estado do Rio Grande do Sul, por meio de pesquisas bibliográficas e entrevistas. Houve a necessidade de diferenciar os três povos indígenas que atualmente habitam o Rio Grande do Sul: os Charrua, os Kaingang e os Mbyá Guarani, em decorrência de que cada povo possui sua própria territorialidade, distinta das demais.

Buscando conseguir visualizar com maior nitidez e amplitude o atual contexto territorial indígena do Estado do Rio Grande do Sul, optou-se pela realização de entrevistas com lideranças indígenas, tendo em vista a importância em

compreendermos a perspectiva protagonizada pelas múltiplas narrativas indígenas acerca dos fatos históricos. Do mesmo modo, optou-se por utilizar como referencial bibliográfico a obra de um antropólogo indígena pertencente à etnia Kaingang.

Assim, são analisados três estudos de caso envolvendo indígenas Kaingang: um acadêmico, um cacique de retomada de terra tradicional e uma liderança cuja família reterritorializou-se em uma metrópole. No primeiro caso, são transcritos trechos do TCC do indígena Douglas Jacinto da Rosa, no qual constam conceitos como Jykrê e Nanh Ga, bastante úteis para a compreensão da territorialidade Kaingang. Por fim, são transcritos trechos de entrevistas realizadas com duas lideranças da etnia Kaingang: Maurício Salvador, da retomada da Floresta Nacional de Canela/RS, e João Carlos Padilha, que é uma das lideranças da comunidade Kaingang de Porto Alegre/RS e da Terra Indígena Borboleta, cuja demarcação é reivindicada por seu povo.

Embora não tenham sido realizadas entrevistas com indígenas pertencentes às etnias Charrua e Mbyá Guarani, o presente artigo buscou sistematizar aspectos relacionados à territorialidade dos mesmos, contidas em artigos e livros acerca do tema.

Por fim, foram também realizadas pesquisas junto aos dados públicos disponibilizados por instituições que trabalham com povos indígenas, feito a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Territorialidade indígena no Rio Grande do Sul

Buscando compreender as dinâmicas territoriais indígenas (Kaingang, Charrua e Mbyá Guarani) no Rio Grande do Sul, é necessário previamente contextualizarmos a questão territorial

indígena no Estado. Os indígenas da etnia Charrua, por exemplo, no início da colonização da América ocupavam territórios situados na região do Pampa, abrangendo partes da Argentina, do Uruguai e do sul e sudoeste do Rio Grande do Sul. De certa forma, podemos afirmar que deterministicamente o povo indígena Charrua constituiu-se por meio das relações entre o coletivo social e o espaço geográfico pampeano.

Nesse sentido, de acordo com Becker (1982), vale ressaltar que os europeus que colonizaram o Rio Grande do Sul a partir do século XVI trouxeram para cá bois e cavalos, os quais acabaram espalhando-se por grande parte do Estado. Deparando-se com milhares de cabeças de gado vivendo livremente pelo Pampa, os indígenas Charrua acabaram criando vínculos fortíssimos com o gado: a carne de boi passou a se constituir como base alimentar do povo Charrua, o couro do gado passou a ser utilizado como vestimenta e cobertura das suas habitações, e os cavalos passaram a servir de montaria (transporte) aos indígenas Charrua.

Por sua vez, os indígenas pertencentes à etnia Kaingang viviam tradicionalmente nas áreas situadas nas porções norte e noroeste do atual Rio Grande do Sul, no Planalto que se estende até o sul de São Paulo, caracterizadas fundamentalmente pela presença de seculares araucárias, das quais os Kaingang coletavam pinhões, que se constituíam como a base alimentar deste povo. Tendo em vista que no início do século XX as áreas Kaingang foram demarcadas em formas de “ilhas” deixando fora de seus limites as matas nativas que se localizavam entre as aldeias, ao contrário do que ocorreu na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, a qual foi demarcada continuamente, as terras indígenas Kaingang situadas no atual Estado do Rio Grande do Sul contemplam apenas áreas

relativamente pequenas, quando comparadas à demarcação da Raposa Serra do Sol ou ao Parque Indígena do Xingu e às terras Kayapó na divisa entre Mato Grosso e Pará, por exemplo.

Em relação às formas de ocupação territorial, o pensador indígena Davi Kopenawa questiona o raciocínio não-indígena que legitima a demarcação em “ilhas”:

Depois de Manaus e Brasília, conheci São Paulo. Foi a primeira vez que viajei tão longe por cima da grande terra do Brasil. Compreendi então o quanto é imenso o território dos brancos para além de nossa floresta e pensei: “Eles ficam agrupados numas poucas cidades espalhadas aqui e ali! Entre elas, no meio, é tudo vazio! Então por que querem tanto tomar nossa floresta?” (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 387).

Praticamente “confinados” em pequenas áreas demarcadas em “ilhas” no norte do Rio Grande do Sul, os Kaingang começaram a guerrear entre si, em disputas clânicas ou familiares, buscando o domínio das referidas terras. Tal dinâmica territorial pode ser verificada em obras como *“A guerra dos bugres: a saga da nação caingangue no Rio Grande do Sul”* (1986), de Carlos Wagner, Humberto Andreatta e André Pereira, que retrata um contexto de disputas internas pela liderança na Terra Indígena Guarita, bem como as relações entre Kaingang, a sociedade não-indígena e o poder público, as quais comumente eram desfavoráveis aos indígenas.

Com a chegada dos colonos europeus, a pressão pelo usufruto das terras Kaingang aumentou, fazendo com que muitos indígenas comessem a arrendar suas terras tradicionais para colonos que cultivam soja transgênica, por exemplo. Nesse contexto, muitas matas nativas de domínio do povo indígena Kaingang foram sendo arrendadas a colonos descendentes de europeus, que

devastaram extensas áreas de matas nativas e as substituíram por extensas monoculturas de soja.

Com a substituição de matas nativas por monoculturas de soja, ocorreram muitos conflitos internos nas próprias comunidades Kaingang, fazendo com que muitas famílias Kaingang fossem obrigadas a sair de suas terras tradicionais demarcadas no Norte do Estado, migrando para a Serra, para o litoral, para os Vales do Caí e Taquari e para a região metropolitana de Porto Alegre/RS, onde passaram a lutar pela posse de terrenos e pequenos pedaços de terra junto às Prefeituras Municipais e ao Governo do Estado. Nesse sentido, vale ressaltar que o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), entre 2011 e 2014, adquiriu setes pequenas terras aos indígenas Kaingang, como parte do Plano Básico Ambiental (PBA), no âmbito as ações de mitigação de impactos decorrentes da duplicação da BR 386. Nesse processo, foram adquiridas terras para as comunidades Kaingang de Estrela/RS, Tabaí/RS, Lajeado/RS, Farroupilha/RS, São Leopoldo/RS e Porto Alegre/RS.

O terceiro grupo étnico de indígenas que habita o Rio Grande do Sul, denominados Mbyá Guarani, tradicionalmente ocupa áreas de mata atlântica seja na região litorânea ou nas bacias dos rios Uruguai e Jacuí. Exímios agricultores, foram os Guarani os responsáveis pela disseminação de várias espécies de alimentos pelo nosso Estado. De forma genérica, podemos dizer que os Guarani ocupam tradicionalmente quase todo o Estado do Rio Grande do Sul, com exceção do Pampa e das Florestas com Araucárias, estas de ocupação tradicional Charrua e Kaingang. Atualmente os Guarani possuem aldeias constituídas no litoral do Estado, na região metropolitana de Porto Alegre, na região de Santa Maria, na região

das Missões e também no norte do Estado, como é o caso da aldeia Guarani situada na Terra Indígena Guarita, demarcada tradicionalmente para o povo Kaingang.

Outro fato interessante são as toponímias Guarani existentes na região: grande parte do nome dos rios possui origem etimológica na língua Mbyá Guarani, na qual a letra “y” significa “rio, água”. Assim os rios do Rio Grande do Sul possuem nomes como Jacuí, Ibicuí, Inhanduí, Taquari, Caí, Vacacaí e tantos outros mais terminados em “i”, ou “y” no original em língua materna Mbyá Guarani. Tais toponímias revelam um dado interessante: os rios constituíam-se territórios tradicionais dos indígenas Mbyá Guarani. Existem também no Rio Grande do Sul, porém em número reduzido, nomes de rios originados na Língua Kaingang, como o Arroio Fão, que deriva de “fag”, cujo significado é araucária.

Através das toponímias dos rios sul-riograndenses, pode-se perceber aspectos da territorialização Guarani no espaço, entranhando-se no espaço pelas suas vias fluviais, feito veias que carregam a cultura pelo território. Assim, podemos supor que a territorialidade Guarani relaciona-se intrinsecamente com os rios e com a mata atlântica, do mesmo modo que a territorialidade Charrua identificava-se com os campos pampeanos e que a territorialidade Kaingang relaciona-se com o planalto e as florestas com araucárias.

Por sua vez, os indígenas da etnia Charrua, expulsos de suas terras tradicionais situadas na região sul/sudoeste do atual Estado do Rio Grande do Sul durante o processo colonizatório, viram-se obrigados a reterritorializarem-se na região de Porto Alegre/RS, onde fundaram a Aldeia Polidoro Charrua em uma área de 8,4 hectares disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS, no bairro Lomba do Pinheiro. Nesta reterritorialização, os Charrua

depararam-se com um ambiente totalmente distinto de onde viviam: em vez dos campos ondulados pampeanos repletos de gado livre, depararam-se com uma metrópole em meio a um Bioma distinto, com recursos naturais também distintos, em meio à região de Mata Atlântica. Desse modo, os Charrua viram-se obrigados a deixar o gado de lado e começaram a dedicar-se ao plantio de pequenos roçados de mandioca, banana, feijão e outros alimentos mais, diferentes dos que existiam em seu território ancestral localizado no Pampa.

Outro aspecto que provavelmente causou estranheza aos Charrua nessa recente reterritorialização refere-se à disponibilidade de plantas medicinais nativas utilizadas pelos indígenas, já que na Mata Atlântica tanto as frutas como as plantas medicinais são distintas das que existem no Pampa. Acostumados a viver livres, seminômades pelo Pampa, os Charrua encontram-se em processo de gradativa adaptação ao semi-sedentarismo inerente ao enraizamento de seu povo em uma aldeia situada na região periférica de uma metrópole feita Porto Alegre/RS.

Conforme Vidart (2010), o povo indígena Charrua vivia em constantes reterritorializações pelos vastos campos pampeanos, no que poderíamos configurar como um extenso território-zona, no interior do qual, diversos grupos de indígenas seminômades coexistiam com seus micro-territórios-rede, constituindo um imenso território-zona pampeano. Ou seja, numa escala local os Charrua viviam em territórios-rede itinerantes e descontínuos no espaço, em territórios muitas vezes sobrepostos ao território de algum outro grupo indígena pampeano, feito os Guenoa, os Mbohane, os Jaró, os Minuano e vários outros que acabaram extintos no processo de colonização afro-europeia do atual Estado do Rio Grande do Sul. Após

viver durante vários séculos no Pampa, os indígenas Charrua reterritorializaram-se em Porto Alegre, num rígido território-zona com menos de nove hectares de área, onde não é possível a existência de rebanhos bovinos livres pelo campo, para sustentar a comunidade indígena e prover couro de boi para fabricar roupas, bolsas, artesanato e outros utensílios mais.

Por sua vez, após a demarcação das terras tradicionais do povo indígena Kaingang na região norte/noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, os indígenas Kaingang também foram obrigados a reconfigurar sua territorialidade, antes delimitada pelas limites “orgânicos” com os territórios de outros grupos indígenas, e posteriormente delimitada cartesianamente no espaço, por meio da demarcação estatal de terras indígenas.

Os limites da terra indígena podem ser analisados sob duas perspectivas: a externa, pela qual representa um limite para frear o capitalismo desenvolvimentista, e a interna, pela qual o limite significa uma fronteira que impede o território indígena de se expandir e seguir seu rumo orgânico e evolutivo no espaço. Vale salientar que a territorialidade orgânica indígena não pode ser considerada estática, mas sim deve ser sempre relevada seu caráter volátil, seja adaptando-se ou conquistando espaços dotados de ambientes naturais e socioeconômicos distintos.

Nesse sentido, vale ressaltar que os indígenas Kaingang acabam territorializando-se também no movimento, ou seja, o trajeto no deslocamento entre duas aldeias acaba tornando-se território, pois tanto o ambiente indigeniza-se por meio do plantio de sementes pelo caminho, como também o indígena apropria-se simbolicamente deste caminho/território, criando assim caminhos tradicionais, e tais fluxos e circulações de indígenas acabam imprimindo sua identidade

no espaço. Com o tempo, podem surgir novas aldeias no meio do trajeto entre duas aldeias já existentes, acarretando o surgimento de novos caminhos entre ambas, além de novas trilhas em busca de recursos naturais, que acabam expandindo o território tradicional indígena. Essas novas trilhas, por sua vez, possivelmente adquirirão aspectos da identidade cultural indígena em diversos elementos da paisagem, consolidando ainda mais a presença indígena no espaço, fortalecendo as redes entre os vários territórios e constituindo, em escala macro, um imenso território tradicional zonal, formando por diversos micro-territórios tradicionais articulados em redes, os quais se expandem e se contraem, conforme ocorrem transformações ambientais e socioeconômicas no entorno. O território, desse modo, acaba tornando-se um escudo de resistência à expansão do capitalismo desenvolvimentista.

Analisando especificamente a territorialidade Kaingang no Rio Grande do Sul, de acordo com Kern (1994) podemos dizer que há vários séculos os antepassados dos Kaingang ocupavam grande parte do Planalto, da Serra e dos Campos de Cima da Serra, na região onde localizam-se sítios arqueológicos da Tradição Taquara, caracterizados pela presença de casas semi-subterrâneas e de araucárias. Nas escavações arqueológicas nestas regiões, é comum encontrarem restos de pinhão, que se constituía como a base alimentar dos povos da Tradição Taquara, que vieram posteriormente se tornar os indígenas Kaingang. Praticamente todas as retomadas de terras tradicionais Kaingang no atual Estado do Rio Grande do Sul caracterizam-se por serem localizadas em áreas com presença de floresta com araucárias, tal como a recente retomada na Floresta Nacional de Canela/RS. As antigas aldeias dos antepassados dos atuais Kaingang eram constituídas por várias

casas semi-subterrâneas em áreas elevadas, com túneis interconectando tais casas, comumente próximas a alguma Floresta com Araucárias.

Comparando com a habitação tradicional dos indígenas Mbyá Guarani, por exemplo, construídas com barro e madeira perto de cursos fluviais, as casas semi-subterrâneas dos Kaingang possuem características bastante distintas: o fato das casas serem “enterradas” servia para proteger os indígenas dos fortes ventos gelados, característicos do rigoroso inverno sul-rio-grandense, além de também servir para proteção do grupo contra possíveis inimigos, pois as casas escondem-se abaixo do solo. Já as habitações tradicionais Charrua, por sua vez, caracterizavam-se por toldos cobertos com couro de gado, característica esse que fortalecia o caráter seminômade deste povo indígena, acostumado a percorrer a vastidão do Pampa a cavalo e fixar-se temporariamente onde houvesse abundância de gado para alimentar-se.

Após a demarcação das terras tradicionais Kaingang no norte/noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul, as relações entre indígenas e não-indígenas modificaram-se profundamente: em lugar dos conflitos físicos pela posse da terra, tornaram então a selar contratos de arrendamento das terras indígenas para o plantio de monoculturas de soja, essencialmente. O lucro de tais arrendamentos concentra-se até hoje na mão de poucas lideranças, enquanto a maior parte das comunidades Kaingang perdeu suas matas nativas para caçar e coletar alimentos, ficando também praticamente sem espaço para plantar roçados de subsistência. Sem terra para sobreviver, muitos Kaingang resolveram partir para outras regiões do Estado, em busca da retomada das terras tradicionais de seus antepassados. Nesse movimento, ocorreram diversas reterritorializações, como em

Farroupilha, em Bento Gonçalves, em Canela, no Vale do Taquari e do Caí, e até na região metropolitana de Porto Alegre. Além das reterritorializações em áreas tradicionais ocupadas por seus ancestrais, os Kaingang passaram a expandir-se territorialmente ao sul, ocupando áreas em Santa Maria, em Rio Grande e Pelotas, na região sul do Estado.

No verão, quando boa parcela da população riograndense desloca-se para as praias litorâneas, os Kaingang passaram também a migrar sazonalmente para o litoral do Estado, com o objetivo de comercializar seu artesanato tradicional aos veranistas e, assim, gerar renda para suas famílias sobreviver. Vale salientar que em virtude da inexistência de áreas para caçar, coletar e cultivar seus alimentos, os Kaingang dependem quase que exclusivamente da confecção e comercialização de artesanato tradicional, fabricado com cipós, taquaras, sementes e outras matérias-primas mais. Nesse sentido, vale também salientar que até poucas décadas atrás o elemento mais importante existente num território para o povo Kaingang era a presença de araucárias, da qual coletavam pinhões, e atualmente os recursos naturais mais importantes numa área a ser retomada pelos Kaingang passaram a ser cipós e taquaras, com os quais os indígenas podem confeccionar artesanato, gerar renda e assim sustentar suas famílias. A proximidade com os centros urbanos também passou a ser considerado um fator diferencial na escolha das áreas a serem retomadas/conquistadas pelos Kaingang, bem como o apoio disponibilizado pelas Prefeituras Municipais.

Sobre as diferenças e semelhanças entre a vida do indígena na aldeia e na cidade, o pensador indígena Ailton Krenak traz algumas considerações importantes referentes à territorialidade e ao

confinamento, proferidas em razão do atual contexto de pandemia de Covid-19:

A verdade é que vivemos encurralados e refugiados no nosso próprio território há muito tempo, numa reserva de 4 mil hectares – que deveria ser muito maior se a justiça fosse feita -, e esse confinamento involuntário nos deu resiliência, nos fez resistentes. Como posso explicar a uma pessoa que está fechada a um mês num apartamento numa grande metrópole o que é o meu isolamento? Desculpem dizer isso, mas eu já plantei milho, já plantei uma árvore... (Krenak, 2020)

Na configuração dos territórios-rede Kaingang no atual Estado do Rio Grande do Sul, pode-se perceber que as aldeias constituem “nós” nas redes territoriais, como elos de conexão entre diversos caminhos e fluxos, os quais assemelham-se a teias tecidas no espaço, unindo as diversas partes do território, ou dos múltiplos territórios que se sobrepõem. Até mesmo internamente na cultura Kaingang pode haver múltiplas territorialidades sobrepostas, tendo em vista que as comunidades Kaingang subdividem-se em clãs, sendo que os dois principais são kamé e kainru. Desse modo, dentro de um território Kaingang pode haver um subterritório kamé e outro subterritório kainru, cujas espacialidades podem ser sobrepostas ou não. Por exemplo, pode haver determinada área de floresta de domínio do clã kainru, na qual os indígenas pertencentes ao clã kamé não podem ingressar, bem como seu oposto também pode ocorrer. Nestes casos, as duas territorialidades, kamé e kainru, interconectam-se e formam uma territorialidade mais ampla, numa escala maior, inerente à cultura Kaingang, englobando ambos aspectos clânicos e seus reflexos na territorialidade. Nesse sentido, como os indígenas pertencentes ao clã kamé tendem a ser mais diretos e incisivos, talvez a territorialidade kamé exerça certo

protagonismo nos processos de expansão territorial Kaingang, enquanto os indígenas kainru tendem a ser mais reflexivos e passivos. Podemos assim supor que os indígenas kamé tendem a conquistar territórios para o povo Kaingang, ao passo que os indígenas kainru ocupam-se em nutrir e alimentar vínculos simbólicos, por meio de seu caráter reflexivo e, de certo modo, maternal. No entanto, tal suposição comportamental parte de uma perspectiva não-indígena da realidade cultural Kaingang, podendo não corresponder às análises efetuadas por um psicólogo Kaingang, por exemplo.

Um fator de extrema importância nas territorializações indígenas é o casamento entre membros de distintas aldeias, que acaba criando e fortalecendo os vínculos territoriais entre as aldeias/comunidades indígenas. Nesse sentido, o casamento interaldeias pode ser considerado uma estratégia de territorialização, ou de expansão das redes territoriais. Por exemplo, no Parque Indígena do Xingu o cacique Megaron Txucarramãe, da etnia Kayapó (Mebengokre) casou-se com as filhas de três caciques de etnias distintas da sua, com o objetivo específico de estreitar laços culturais e reforçar os vínculos territoriais entre as comunidades indígenas de ambas as etnias. A partir dos casamentos, Megaron estendeu a territorialidade de sua etnia Kayapó Mebengokre a todo Xingu, aliada às demais territorialidades xinguanas que se cruzam e sobrepõem, constituindo assim uma territorialidade indígena xinguanas, mais abrangente e unificadora, junto com os indígenas das demais etnias, os quais costumam atuar politicamente em bloco, fato esse que os deixa ainda mais fortes, frente às imposições da sociedade não-indígena.

Já os indígenas Mbyá Guarani possuem uma dinâmica territorial distinta tanto dos Kaingang quanto dos Charrua, apesar de apresentarem certas similaridades com os territórios-rede típicos do povo indígena Kaingang. A cultura Mbyá Guarani caracteriza-se fundamentalmente pela íntima relação cultural dos indígenas com a Mata Atlântica, bem como pelas andanças tradicionais em busca da terra sem males. Nessas andanças, muitos locais de passagem acabam tornando-se retomadas e aldeias, principalmente próximo a pequenos rios. Tais acampamentos acabam configurando “nós” na rede territorial Mbyá Guarani, servindo de pontos de apoio às suas andanças tradicionais.

Diferentemente dos Charrua, que reterritorializaram-se na periferia de uma cidade situada em Bioma distinto de onde viviam seus antepassados, sendo forçados a adaptar sua cultura ao novo ambiente, no caso dos Mbyá Guarani pode-se dizer que na maioria dos casos a dinâmica territorial foi oposta: foi a cidade que invadiu o território tradicional Mbyá Guarani, sobrepondo-o com concreto retilíneo. Em Porto Alegre, a opinião pública pode dizer que os Charrua ocuparam a cidade, como forma de inibi-los politicamente. Nessa lógica, podemos também afirmar que a cidade de Porto Alegre ocupou o território tradicional Mbyá Guarani, cujos antepassados habitavam praticamente todos os portos fluviais do atual Rio Grande do Sul.

Em relação específica à cidade de Porto Alegre, pode-se também dizer que esta caracteriza-se como um dos limites do território tradicional do povo Kaingang, em virtude da existência de cadeia de morros na cidade, nos quais ainda resistem algumas araucárias.

Outro fenômeno digno de consideração no contexto da territorialidade indígena no Rio Grande do Sul refere-se à dinâmica pela qual os indígenas Kaingang têm territorializado-se no entorno de grandes centros urbanos, feito Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Bento Gonçalves, Santa Maria, dentre outros mais. Podemos supor que um dos fatores atrativos aos indígenas é o desenvolvimento econômico dessas cidades, que proporcionam tanto uma demanda relativamente alta por artesanato indígena, como também em relação ao apoio disponibilizado por tais Prefeituras Municipais às comunidades indígenas, por meio da construção de casas, instalação de rede de água e esgoto, disponibilização de cestas básicas para contribuir com a segurança alimentar, entre outras políticas públicas afins.

Ao contrário dos Mbyá Guarani, que buscam áreas de mata nativa próximas de rios, os Kaingang atualmente tem territorializado-se em terrenos relativamente pequenos, com menos de dez hectares, nas periferias dos grandes centros urbanos. Enquanto os Mbyá Guarani costumam cultivar seu alimento (milhos, batata, abóbora, moranga...), comercializando artesanato como forma de complementar sua renda, os Kaingang por sua vez dependem quase que exclusivamente da comercialização de artesanato para comprar alimentos e prover o sustento de suas famílias. Desse modo, os Mbyá Guarani têm conseguido territorializar-se em áreas relativamente maiores, quando comparadas às recentes territorializações Kaingang e Charrua, em decorrência de sua preferência por áreas com matas nativas mais afastadas, em detrimento à proximidade com os grandes centros urbanos.

Outro fator que vem causando cada vez mais impacto nas dinâmicas territoriais indígenas é a presença de universidades públicas, nas quais há disponibilidade de vagas reservadas para indígenas, como a Universidade Federal de Santa Maria, a de Pelotas, a de Rio Grande, a UFRGS em Porto Alegre, entre outras mais. A estas cidades, cerca de vinte famílias indígenas migram anualmente, provenientes de diversas aldeias de todo Estado, territorializando-se temporariamente, enquanto cursam a universidade. Em boa parte desses casos, o indígena universitário leva consigo para a cidade seu marido/esposa e seus filhos, os quais, com o tempo, acabam territorializando-se e criando vínculos nestes centros urbanos, a ponto de fundarem aldeias nas periferias destas cidades. Exemplos dessa dinâmica territorial são a Aldeia Três Soitas, em Santa Maria, e a Aldeia Gyró, em Pelotas, ambas da etnia Kaingang. Embora a criação para estas duas aldeias possa ter ocorrido previamente ao ingresso de indígenas na Universidade Federal de Pelotas e Santa Maria, não se pode ignorar o poder de atração indígena inerente à presença de uma Universidade Federal em uma determinada cidade. Em Porto Alegre, por exemplo, onde dezenas de universitários indígenas residem, os mesmos estão organizando-se em um coletivo de estudantes, o qual foi o responsável pela organização do VII ENEI (Encontro Nacional dos Estudantes Indígena), realizado na UFRGS, em 2019.

Sobre a relação entre os indígenas e as universidades, vale salientar o trabalho realizado pela professora Ana Elisa de Castro Freitas junto aos estudantes indígenas, no sentido de fomentar, organizar e articular a produção científica referente ao assunto:

(...) a presença de jovens indígenas em uma dada instituição implica em uma dilatação do território

indígena, uma espécie de integração às avessas: as coletividades de pertencimento destes estudantes se sentem implicadas no que ocorre durante suas trajetórias acadêmicas, e exercem através deles poder de agência sobre as universidades (FREITAS, 2015, p. 14).

Analisando a contribuição das universidades públicas no processo de reterritorialização indígena no Rio Grande do Sul, podemos afirmar que elas atuam como agente catalisador e posteriormente propulsor, já que inicialmente a universidade atrai um contingente indígena e logo depois estes indígenas tendem a territorializar-se na cidade, expandindo seu território tradicional, ou melhor, tornando tradicional um ambiente urbano.

Embora não seja possível afirmar que as duas supracitadas aldeias, situadas longe do território tradicional Kaingang, foram criadas em virtude da existência de Universidades Federais em Santa Maria/RS e Pelotas/RS, pode-se sim afirmar que a existência destas duas aldeias fortalece a presença indígena na universidade, e vice-versa. Nesse contexto, a universidade configura-se como um nó na rede territorial indígena, unindo e articulando particularidades indígenas vindas de todos os cantos do Estado, fortalecendo assim seus vínculos e sua identidade cultural.

Em seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Gestão socioambiental de terras indígenas sob uma perspectiva Kaingang: um ensaio etnográfico em Re Kuju” (UFPR, 2016), o indígena Kaingang Douglas Jacinto da Rosa busca conceituar a noção de ‘uso cultural’ do território, sob a ótica do povo indígena Kaingang, além de contextualizar as lutas territoriais do povo Kaingang:

O reconhecimento territorial indígena no sul deve considerar uma espécie de ‘ecologia de ilhas’, metáfora que espelha o perfil de terras indígenas

em mosaico, descontínuas, distantes quilômetros entre si e separadas por cidades, estradas, sistemas monoculturais, latifúndios, barragens, e outros aparatos nacionais. Tais ilhas são conectadas justamente pelos fluxos territoriais indígenas, e dever-se-ia prever corredores que reconheçam e potencializem esta mobilidade. (...) A ocupação Kaingang nesse território, no atual contexto, inclui mais de 30 Terras Indígenas demarcadas pelo Estado brasileiro, mas em grande parte nosso território está sobreposto na atualidade por cidades, latifúndios, lavouras. Parte é também compartilhada por outras populações indígenas, em zonas de fronteira com Guarani, Xokleng/Laklanõ, Xetá, mas também quilombolas, agricultores sem-terra, faxinalenses e outras alteridades tradicionais.

Implicitamente, Jacinto da Rosa identifica a presença da lógica reticular dos territórios-rede na territorialidade Kaingang, por meio dos fluxos entre as terras indígenas demarcadas “em ilhas” no Rio Grande do Sul. Analisando a importância das terras indígenas no tocante à proteção da biodiversidade, Jacinto da Rosa (2016) pondera que demarcar terras indígenas significa resguardar recursos naturais:

Frente a distorções e invisibilidades, existe também o reconhecimento de que, mesmo nas terras indígenas com pequenas extensões territoriais, os indígenas têm exercido um papel importante no resguardo da biodiversidade Sul brasileira, como é o caso da Terra Indígena Mangueirinha, no estado Paraná, Kaingang, onde repousa um dos maiores remanescentes de floresta de araucária (*Araucaria angustifolia*) nativa do mundo. De fato, atualmente em termos etnográficos podemos afirmar que demarcar TIs é também preservar os recursos naturais.

É interessante ressaltar que na cultura Kaingang, o modo de vida pode ser replicado espacialmente em distintos territórios, desde que estes contenham alguns recursos naturais essenciais à

manutenção do modo de vida Kaingang. Na ausência de tais recursos, os Kaingang acabam recriando seu ambiente num espaço distinto. Sobre a territorialidade Kaingang, Jacinto da Rosa (2016) diz:

Paralelo às negativas do Estado, os Kaingang recriam e acionam os espaços nos seus antigos territórios, espaços constitutivos de sua identidade e concepção socioambiental. Nitidamente para os Kaingang o Território apresenta como sendo 'área de vida'.

Dentre os conceitos fundamentais para uma compreensão mais abrangente da concepção de território e modo de vida na cultura Kaingang, ressaltam-se dois: 'Nanh Ga' e 'Jykrê'. Em seu TCC, Jacinto da Rosa (2016) transcreve a fala de uma indígena:

Nanh Ga é a bandeira indígena que estará sempre de pé, nunca vai se terminar. Nanh Ga é como nós mesmos, os que vivem no mato. O mato é que aumentava nossa natureza Kaingang, nossa alegria, na época de pinhão (Marina dos Santos, TI Nonoai, Alto Uruguai, 2014).

Na sequência, Jacinto da Rosa (2016) fala sobre o significado de Nanh Ga:

(...)...as falas de certa forma apontam símbolos e elementos da paisagem que conformam uma paisagem ideal para reproduzir Nanh Ga. Aqui, a partir de uma já compreensão da relação territorial Kaingang, podemos dizer que Nanh Ga se manifesta na resistência Kaingang e na memória de uma vida plena de um Bem Viver, aqui com convicção posso dizer que Nanh Ga se faz presente também nas retomadas.

Em relação ao conceito de Jykrê, Jacinto da Rosa (2016) assim o define:

Sobre os sentidos de Jykrê, é pertinente reconhecê-lo no plano da cosmovisão do Povo Kaingang, cujos sentidos só são plenamente acessados por quem compartilha da vida Kaingang. Essa categoria emana de um ethos imemorial do nosso povo que ao longo dos tempos ganha forma na memória e na semântica e tem desdobramentos práticos, nas ações, na postura e nas relações Kaingang com seres animados e inanimados: plantas, animais, sol, lua, constelações, águas, fenômenos meteorológicos etc, que conjugados resultaria no que poderíamos chamar de um pensamento ou pretensão de Bem Viver, apontando para um modo de vida específico Kaingang. Essa premissa – de que o Jykre só é plenamente compreendido por quem é Kaingang – não exige o Estado de respeitar nosso pensamento, ao contrário, coloca o necessário respeito ao nosso pensamento como premissa de qualquer política pública. Ademais, as forças do sentido de Jykrê, se tornam mais visíveis nas relações sociais históricas e contemporâneas dos Kaingang com entes do Estado e a sociedade envolvente.

Jacinto da Rosa (2016) busca analisar, sob a perspectiva cultural de sua etnia, o atual contexto socioeconômico e territorial no qual os Kaingang estão inseridos:

Num plano histórico, durante a colonização, as lideranças agiam de acordo com uma lógica cultural Kaingang, ou seja, dotados de uma perspectiva que levasse em conta a permanência do Povo Kaingang diante da invasão, e nesse sentido mesmo num momento de radicais mudanças no nosso mundo suas perspectivas estavam norteadas por Jykrê. Mais recentemente a exploração dos recursos naturais dos territórios Kaingang e os modelos produtivos assimétricos inseridos nas Terras Indígenas reconhecidas pelo Estado brasileiro, essa perspectiva nunca teve vazão dando lugar a políticas historicamente na lógica da assimilação. Num plano contemporâneo essas lideranças Kaingang nos últimos anos de resistência foram submetidas à violência física e cultural que vão de encontro ao Jykrê, que

inclusive hoje nas nossas relações com o Estado e a sociedade é difícil estabelecer um diálogo que recepcione nossos anseios.

Nas falas de Jacinto da Rosa (2016), é nitidamente perceptível uma preocupação referente à retomada de territórios tradicionais, a fim de manter viva e fortalecer a cultura Kaingang. Na sua visão, território e cultura andam sempre juntos. Percebe-se também em suas palavras a importância dos conceitos de Jykrê e Nanh Ga para o fortalecimento da territorialidade Kaingang. Nesse sentido, vale também ressaltar a autoconsciência cultural e histórica contida nas palavras de Jacinto da Rosa (2016), como fundamentais às novas territorializações efetuadas pelo povo indígena Kaingang no sul do Brasil, sejam reterritorializações em territórios tradicionais ou territorializações em novas áreas, como expressão orgânica da expansão territorial Kaingang. Percebe-se também na fala de Jacinto da Rosa a preocupação em articular o contexto territorial indígena com o contexto político no qual os indígenas estão inseridos. Ou seja, implicitamente podemos verificar que Jacinto da Rosa considera o poder como um elemento que influencia e interfere no território e nas territorializações, corroborando com as ideias de Marcelo Lopes de Souza.

Em entrevista realizada nos dias 3 e 4 de janeiro de 2020, o jovem indígena Kaingang Maurício Salvador, que recentemente assumiu a liderança da retomada Jag Tyg na Floresta Nacional de Canela/RS após o falecimento de seu pai (o grande kujã/pajé Zílio Salvador), relatou que seus pais nasceram nas terras Kaingang situadas no norte/noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul:

Meu nome é Maurício Salvador, sou da etnia Kaingang, tenho 24 anos, nasci em Porto Alegre e

moro atualmente em Canela. Na língua Kaingang, meu nome é Ven Tainh, que significa taquara verde. A história da minha família: somos uma família mais grande na etnia Kaingang, meus avós são naturais de duas das maiores aldeias do sul do Brasil. Meu avô é natural de Nonoai e minha avó é da Terra Indígena Serrinha. Antigamente meus avós levavam uma vida de agricultores. Plantavam mandioca, feijão, milho... e já faziam artesanato pra vender pros fóg (não indígena), pra trocar por sementes e por alimentos nos municípios próximos (Maurício Salvador, 2020).

Sobre os motivos que impulsionaram os pais de Salvador a reterritorializar-se na região da serra gaúcha, Salvador conta que se encontra viva na memória coletiva de sua família os relatos do tempo em que seus antepassados viviam na região da serra gaúcha:

Meus pais vieram pra cá por causa de vida difícil e conflitos internos na comunidade, com não indígena. Contavam que aqui em Canela tinha uma terra indígena chamada Konhun Mág (erva grande) e por aqui consegui preservar e cultivar a nossa cultura Kaingang. Meus avós me diziam que aqui em Canela havia muito pinheiro Pén, hoje chamado por vocês ‘pinheiro grosso’, uma cascata de Goj Konmo Tére (Cascata do Caracol). Eles viviam nesta região, tanto dentro quanto fora dela. Minha família até hoje viaja pelo Rio Grande do Sul, de Nonoai a Serrinha, Canela, Gramado, Porto Alegre... temos parentes em todo o sul (Maurício Salvador, 2020).

Em relação aos elementos que se caracterizam como essenciais a um território tradicional Kaingang, Salvador ressalta a importância da araucária, tanto simbolicamente quanto de maneira funcional, por meio da disponibilização de pinhões:

A araucária é um dos nossos principais recursos que usamos na culinária, medicina e

espiritualidade. A importância da floresta de araucária é porque nela conseguimos estar vivos, vivendo como devemos viver, ser o que somos de verdade (Maurício Salvador, 2020).

Sobre a territorialidade Kaingang, Salvador relata que para seu povo, todo território pode ser tradicional:

Pelo que meu pai dizia, antigamente teve um intenso conflito entre os indígenas e madeireiros aqui na região de Canela e muitos indígenas foram mortos e expulsos daqui. Para nós, todo território é tradicional, mas hoje o povo Kaingang foram concentrados em aldeias, mas essas áreas não tem nossos principais recursos que precisamos para a nossa cultura Kaingang. (Maurício Salvador, 2020)

Nas palavras de Salvador, percebe-se nitidamente a importância do território para a manutenção e fortalecimento da cultura de seu povo. A própria dinâmica de desterritorialização/reterritorialização pode ser compreendida, de certo modo, como tradicional para o povo indígena Kaingang, pois o seminomadismo há séculos está presente no modo de vida tradicional Kaingang.

Por sua vez, em entrevista com João Carlos Padilha, liderança Kaingang da Terra Indígena Borboleta e da comunidade indígena do Jardim Protásio/Morro Santana, realizada no dia 10 de janeiro de 2020, foi coletado o seguinte relato referente à reterritorialização Kaingang efetuada por seu grupo comunitário:

Meu nome é João Carlos Padilha e eu sou o cacique da Terra Indígena Borboleta e também sou cacique do grupo indígena que vive no Jardim Protásio Alves/Morro Santana, aqui em Porto Alegre. Então, faz mais ou menos uns trinta anos que eu moro em Porto Alegre, a vida foi muito difícil. A

gente perdeu a terra e teve que vir pra cidade. Viver aqui na cidade significa que tem que viver nas duas culturas: na cultura indígena e na cultura branca, e também tem que mudar os hábitos alimentares, mudar os hábitos que a gente vivia lá fora da natureza, completamente da natureza, nós vivia caçando, pescando... Plantava pouco e colhia bastante. Mais vivia da pesca e da coleta de frutas, do pinhão, do ariticum, do araçá, guabiju e dessas outras frutas nativas. Aqui na cidade é muito difícil, a gente tem que trabalhar e levantar cedo, ir pra luta pra poder ganhar dinheiro e pra poder sobreviver. Não é como lá fora, então é por isso que nós lutamos até agora pra conseguir demarcar a Borboleta. Nós vamos demarcar a Borboleta como terra tradicional, porque toda vida ela foi tradicional e não é agora que vai mudar (João Padilha, 2020).

Padilha aborda, com certo saudosismo, o tempo em que vivia no interior do Estado, coletando frutas nativas e pescando nos rios. No entanto, mesmo agora vivendo na capital Padilha não deixa de perambular pelas matas da região, coletando cipós e taquaras para confeccionar artesanato. Sobre a vida do indígena Kaingang nos grandes centros urbanos, Padilha relata:

A diferença de um Kaingang na cidade, de um homem branco, é que a gente descobriu que a natureza dá tudo pro ser humano, então a gente sempre tenta viver da natureza. Nós, mesmo aqui em Porto Alegre, nós sobrevivemos do artesanato, nós vamos buscar cipó no mato, vamos buscar taquara, remédio de ervas, frutas, lenhas quando a gente precisa (João Padilha, 2020).

No tocante à territorialidade pendular entre os polos Borboleta e Porto Alegre, Padilha afirma que mesmo após a demarcação da Terra Indígena Borboleta ele pretende continuar deslocando-se com frequência entre as duas áreas, pois ambas

constituem-se atualmente seu território tradicional, assim como o percurso/trajeto entre os dois locais:

Mesmo depois de demarcar a Borboleta, nós vamos continuar voltando às vezes pra Porto Alegre. Nós já temos vínculo aqui com a cidade. Os nossos filhos já casaram com pessoal de Porto Alegre. Nós temos vínculos aqui, então é por isso que nós também queremos conseguir um pedacinho de terra em Porto Alegre, porque Porto Alegre já consideramos também um território nosso, também, né, porque já faz mais de trinta anos que a gente vive aqui, então a gente mesmo indo voltando a viver lá na Borboleta, a gente vai continuar vivendo também em Porto Alegre. Com certeza vamos viver cinquenta por cento ou mais da natureza, mas nós vamos também usar a tecnologia, usar o que tem de bom na cultura branca também, como o carro, como a luz elétrica, como o fogão a gás e como outras coisas boas que tem na cultura branca. Então nós vamos fazer sempre esse trajeto, de vir da Borboleta aqui pra Borboleta, comprar coisas e levar coisas pra lá, trazer de lá pra cá também. A gente tem licença pra tirar material lá na reserva da UFRGS, com quase mil hectares de mata nativa no Morro Santana. Já faz quase trinta anos que a gente tira material de lá pra fazer artesanato, e a gente tá recuperando o mato, vamos trazer mudas de lá e vamos levar mudas daqui pra plantar na Borboleta. Vamos fazer sempre esse intercâmbio entre cidade e campo (João Padilha, 2020).

Sobre a relação dos indígenas com a universidade, Padilha relata que os indígenas, após um receio inicial, passaram a territorializar-se na Academia, utilizando-a como um pilar onde se apoiam diversas ações focadas no fortalecimento cultural indígena:

Primeiro a gente tava com um pé meio atrás com a universidade, mas depois a gente descobriu que a universidade é uma porteira que abre pra cultura indígena, pro índio brasileiro, também pra vencer

dentro desse sistema capitalista que nós estamos, sem perder a cultura, sem escandalizar a cultura. E universidade é uma inclusão social do Brasil. Eu já fui contratado por uma universidade pra dar aulas sobre a nossa cultura Kaingang, trabalhei uns três ou quatro anos no Encontro dos Saberes Indígenas, que é um programa federal que abrangeu todo território nacional. Minha filha também estuda na UFRGS (João Padilha, 2020).

Em relação ao contexto socioeconômico no qual os Kaingang porto-alegrenses atualmente estão inseridos, Padilha analisa:

Tem que ter uma reforma no Brasil pra pegar os sonegadores de impostos e assim baratear o imposto das micro e pequenas empresas, que é o que dá mais emprego pro brasileiro. E também a reforma da terra. Desde os anos sessenta foram empurrados pra cidade quase todos os pequenos, toda a pobreza, os índios, negros, os brancos pobres, todos foram empurrados do campo pra cidade. Ficou lá só os grandes fazendeiros e os grandes granjeiros de soja. Então nós queremos uma reforma da terra que mande de volta todos aqueles que quiserem voltar pro campo, com recursos, os índios, os negros e os brancos pobres que estão na cidade virando mendigo, virando ladrão, virando morador de rua (João Padilha, 2020).

No tocante à atuação política do povo Kaingang, Padilha demonstra ter plena consciência das limitações da política partidária, mas ressalta a importância do próprio indígena ocupar espaços de representatividade política, sem nenhum intermediário não-indígena falando em seu nome. Nesse sentido, o raciocínio de Padilha vai de encontro às ideias de Djamila Ribeiro (2017), referentes ao lugar de fala. Padilha diz:

Nós queremos também entrar na política. Primeiro a gente tinha medo de entrar na política, porque

todos os índios que entravam na política, eram mortos, matados. Quem se candidatou a vereador em algum lugar, acabou sendo morto. O Deputado Federal que a gente elegeu, O Mário Juruna, não conseguiu fazer nenhuma lei porque não conseguia ter quórum nas votações no Congresso. Ele nunca conseguiu fazer nada, era só pra ter uma representação indígena lá. Hoje nós temos já uma mulher, a Joênia Wapichana, temos bastante vereadores, temos alguns Deputados Estaduais mais chegados (João Padilha, 2020).

A partir dos relatos de Padilha, percebe-se que ele possui plena consciência das possibilidades político-partidárias que se abrem aos indígenas, porém entende que a solução das questões indígenas não depende exclusivamente da política partidária. Ou seja, a atuação político-partidária dos Kaingang pode ser útil e complementar, mas não substitui a política real da luta Kaingang pela demarcação de territórios junto ao poder público e à sociedade brasileira. Para Padilha, a luta Kaingang é na rua e na floresta, não somente no Congresso.

Considerações finais

Tanto nos relatos de Salvador como nos de Padilha e de Jacinto da Rosa, é nítida a relevância fundamental que o território possui para o fortalecimento da cultura Kaingang. Também é perceptível, em ambos os relatos, a dinâmica Kaingang na qual os territórios podem tradicionalizar-se, por meio da ocupação de novas áreas (no caso de Padilha) ou de retomadas (no caso de Salvador). Tais territorializações distinguem-se por alguns fatores, mas mantém diversas similaridades, também: no caso de Salvador podemos dizer que seu grupo Kaingang encontra-se em processo de reterritorialização, num território já ocupado por seus antepassados,

enquanto no caso de Padilha há dois movimentos complementares: uma territorialização em espaço distinto, na periferia de Porto Alegre, e uma reterritorialização em território que antigamente era de posse de seus antepassados. Como a família de Salvador acabou territorializando-se também em Porto Alegre antes do atual processo de retomada da Flona de Canela, tanto Padilha quanto Salvador atualmente vivem em constante movimento pendular entre Porto Alegre e suas áreas de retomadas de terras tradicionais.

Por fim, podemos identificar propriedades relacionadas à multiterritorialidade na cultura indígena no Rio Grande do Sul, em especial no tocante aos indígenas aldeados que posteriormente reterritorializam-se em uma cidade distinta, criando novos vínculos territoriais e ao mesmo tempo mantendo sua territorialidade tradicional. De certo modo, a multiterritorialidade também acaba tornando-se tradicional, constituída por vários níveis de territorialização no espaço, muitos deles sobrepostos ou configurados em rede.

Analisando a territorialidade Kaingang sob a perspectiva dos territórios-rede propostos por Rogério Haesbaert, podemos fazer algumas correlações conceituais entre suas teorias e a dinâmica territorial Kaingang contemporânea, interconectando territórios fisicamente delimitados e demarcados com acampamentos sazonais, com áreas de retomadas de terras tradicionais, com ocupação de novas áreas e também com o trajeto entre ambas as áreas, que se configura como o fluxo materializado no espaço. Nesse sentido, território não se caracteriza apenas como o domínio do espaço rígido e cartesiano, mas também como o controle dos fluxos e circulações. Pode-se assim dizer que os Kaingang integram uma complexa rede territorial que vai do Rio Grande do Sul até o sul de São Paulo,

englobando aldeias imersas em natureza relativamente bem conservada, intercaladas com áreas de arrendamento para monoculturas transgênicas, sedimentadas pelos “nós”, ou pontos de convergência, situados nos centros urbanos, como Porto Alegre, os quais enraizam-se em pilares como as universidades públicas.

Por sua vez, a territorialidade do povo Charrua, constituído por uma única comunidade enraizada em solo brasileiro, possui características bastante distintas dos demais povos indígenas, devido à necessidade de adaptar-se a um ambiente estranho, na região periférica de Porto Alegre, após historicamente terem vivido no Pampa, perto da fronteira com o Uruguai. Tradicionalmente acostumados a viver cavalgando pelos vastos campos pampeanos, atualmente os Charrua lutam para manter seus ritos e tradições numa pequena área com menos de nove hectares, sem as dimensões necessárias à pecuária extensiva típica do Pampa.

Vale salientar que a comunidade indígena Charrua do Rio Grande do Sul é atualmente composta pela Aldeia Polidoro, em Porto Alegre, além de diversos familiares da cacica Acuab que vivem espalhados pelas cidades do sudoeste do Estado. Assim, pode-se também sistematizar o território Charrua do seguinte modo: um polo central em Porto Alegre (Aldeia Polidoro) e um território-rede periférico, com indígenas esparsos pelo interior do Estado.

Os indígenas Mbyá Guarani, semelhantemente aos Kaingang, possuem uma territorialidade configurada essencialmente em rede, unindo diversos pequenos territórios e trajetos tradicionais, e constituindo assim um imenso território tradicional, em maior escala, de ocupação Mbyá Guarani. Exemplo desta estruturação pode ser visualizada no corredor de aldeias situadas no litoral do Estado, composto por sete aldeias que se

conectam, por onde os Mbyá Guarani transitam com frequência, criando a tradicionalidade no deslocamento constante.

Em suma, podemos dizer que a territorialidade indígena no Rio Grande do Sul é configurada basicamente por três distintas territorialidades, uma intrínseca a cada uma das etnias existentes no Estado, porém podemos também afirmar que existe uma territorialidade indígena mais abrangente, integradora, formada pela soma das três territorialidades: a Kaingang, a Charrua e a Mbyá Guarani. Cada vez mais as três etnias articulam-se ao redor de objetivos comuns, fortalecendo tal territorialidade indígena sul-riograndense. Essa multiterritorialidade acaba por fortalecer não só os vínculos entre as três culturas indígenas existentes no Rio Grande do Sul, como também atua no fortalecimento da luta pelas retomadas e conquistas de novos territórios. Ou seja, a luta Kaingang acaba contribuindo com a luta Mbyá Guarani, que por sua vez também contribui com a luta Charrua, e vice-versa. De forma ainda mais ampla, a luta dos povos indígenas do Rio Grande do Sul une-se também à luta dos demais indígenas brasileiros, constituindo assim um enorme território-rede indígena, que por sua vez conecta-se ao movimento indígena sul-americano, fortalecendo ainda mais a rede territorial indígena. Exemplo desse movimento indígena unificado é a Frente Indígena de Enfrentamento ao Covid-19, formada por lideranças indígenas dos três povos do Rio Grande do Sul, além de lideranças Xokleng de Santa Catarina. Essa Frente Indígena dialoga constantemente com lideranças indígenas do Brasil inteiro, fortalecendo os vínculos entre os vários povos e contribuindo para que todos consigam combater a grave pandemia de coronavírus, por meio da confecção e distribuição de máscaras, da arrecadação e distribuição de cestas básicas, entre outras ações mais, as quais

acabam unificando a luta dos diversos povos indígenas, em prol de objetivos comuns.

Nesse sentido, vale salientar a importância do bem viver para cada povo indígena. Para Baniwa (2019), é necessário que os povos indígenas continuem rememorando sua “história, pois ela é a base para a reconstrução do nosso bem viver”.

Por fim, podemos afirmar que a territorialidade indígena no Rio Grande do Sul pode ser visualizada tanto por meio da perspectiva de territórios-rede, como de territórios-zona, e que as três territorialidades indígenas existentes atualmente no Estado dialogam e articulam-se entre si, de maneira singular. Ao mesmo tempo em que a identidade de cada povo indígena fortalece-se com essa articulação, uma nova identidade plural também surge, decorrente da união das múltiplas identidades indígenas, incorporando ideais de autonomia e resistência, em busca do bem viver indígena.

Referências bibliográficas

BANIWA, André Fernando. *Bem viver e viver bem: segundo o povo Baniwa no noroeste amazônico brasileiro*. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

BECKER, Ítala Irene Basile. *El indio y la colonización: charrúas y minuanes*. Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo. 1982.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. *Intelectuais indígenas e a construção da universidade pluriétnica no Brasil Povos indígenas e os novos contornos do Programa de Educação Tutorial/Conexões de Saberes* (Org.). E-papers. Rio de Janeiro, 2015.

HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Boletim Gaúcho de Geografia, 29: 11–24, jan., 2003.

_____. *Territórios, redes e aglomerados de exclusão*. In. 'O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade'. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. 2005.

KERN, Arno Alvarez. *Antecedentes indígenas*. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 1994.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras. São Paulo, 2015.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. Companhia das Letras. São Paulo, 2020.

JACINTO DA ROSA, Douglas. *Gestão socioambiental de terras indígenas sob uma perspectiva Kaingang: um ensaio etnográfico em Re Kuju*. Curitiba: Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná. UFPR, 2016.

PADILHA, João Carlos. *Entrevista I*. [jan. 2020]. Entrevistador: Autor. Porto Alegre, 2020.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SALVADOR, Maurício. *Entrevista I*. [jan. 2020]. Entrevistador: Autor. Porto Alegre, 2020.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental*. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VIDART, Daniel. *El mundo de los charrúas*. 3ª ed. Ediciones de la Banda Oriental. Montevideo, 2010.

WAGNER, Carlos; ANDREATTA, Humberto; PEREIRA, André. *A guerra dos bugres: a saga da nação caingangue no Rio Grande do Sul*. Tchê. Porto Alegre, 1986.

Submetido em: 27 de junho de 2020.

Devolvido para revisão em: 29 de julho de 2020.

Aprovado em: 03 de agosto de 2020.

Como citar este artigo:

BAGGIO DI SOPRA, Fernando Ernesto. Territorialidade indígena no Rio Grande do Sul. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 686-722, jan.-jun./2020.